

## **POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**ALVARENGA, Bruna Telmo  
ALVARENGA, André Martins  
TAUCHEN, Gionara  
brunatelmoalvarenga@gmail.com**

**Evento: XVII Encontro de Pós-Graduação  
Área do conhecimento: Educação Especial**

**Palavras-chave:** Educação superior; Inclusão; Políticas Públicas.

### **1 INTRODUÇÃO**

A sociedade brasileira vem sendo construída e reafirmada diante das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e culturais que promovem a exclusão. Em outras palavras, os indivíduos que apresentam alguma representação física e/ou cognitiva diferenciadas da normalidade, ficam vulneráveis à criação de rótulos, potencializando a exclusão dos grupos sociais. Nesse cenário, as políticas públicas podem induzir e promover a transformação desta realidade, ou seja, a proposta é incluir.

Diante deste exposto, objetivamos compreender como as políticas públicas para a inclusão nas instituições de Educação Superior vêm sendo efetivadas e garantindo o acesso, participação e a permanência dos estudantes deficiência e/ou necessidades educativas especiais. Entende-se que cada instituição de Educação Superior, deve proporcionar uma organização institucional e pedagógica que favoreça a aprendizagem dos estudantes com deficiências e/ou necessidades educativas especiais. Contudo, esse processo é moroso. São procedimentos burocráticos que dificultam a efetivação da proposta da inclusão, ou seja, dando-lhes condições (físicas e materiais) para receber os estudantes com deficiência e necessidades educativas especiais (MARTINS, 2011).

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O conceito de inclusão vem expressando compreensões e significados nem sempre consensuais. Neste sentido, faz-se necessário investigar a inclusão social e educacional, a partir dos discursos, das teorias, dos pensamentos e dos sentidos tencionados no campo da Educação Superior.

Destaca-se os conceitos de inclusão e integração, tendo em vista a multiplicidade de significados que tornam esses conceitos incompatíveis, principalmente, no que se refere aos valores e à prática entre eles (MITTLER, 2003). Nesse viés, o processo de inclusão, tenciona a participação de toda a população, nas variadas dimensões culturais, sociais e educacionais, rompendo com o preconceito, discriminação e exclusão. Por isso, o processo inclusivo tem como proposta o acesso, a participação e a permanência de todas as pessoas nos espaços sociais e educativos.

Nesta perspectiva, entende-se que o processo de integração assume a responsabilidade de inserir os estudantes com deficiência, na medida em que eles se adaptam à organização institucional e pedagógica das instituições de ensino. A inclusão é o oposto da exclusão; é como sinônimo de adaptações arquitetônicas e pedagógicas; é um conjunto de práticas que direcionam nosso olhar para si e para os outros (grupos ou comunidades); é como condição de vida em luta pelos direitos de diversas representações; são práticas e autonomia; e são como práticas sociais, culturais, educacionais e de saúde direcionadas à população que se quer seguir (LOPES, 2013).

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)**

A orientação metodológica da pesquisa é de natureza qualitativa, de abordagem avaliativa com enfoque interpretativo. A produção dos dados foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica e documental. Por meio da análise dos dados, objetivamos investigar e compreender as ações afirmativas e os movimentos inclusivos vinculados à Educação Superior; as políticas públicas voltadas para a inclusão na Educação Superior; e, também, o processo de inclusão através da implementação do Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior e do Programa Viver sem Limites.

### **4 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

O Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior foi criado para superar as dificuldades existentes e induzir a inclusão nas Instituições Federais, através do Ministério da Educação – MEC, com a finalidade de auxiliar a criação de projetos e reestruturação de núcleos voltados para “a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade” (BRASIL, 2013, p.3).

Destaca-se, também como política inclusiva, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites (2011), uma política inclusiva que sugere a articulação entre políticas, programas e ações inclusivas. O Programa Viver sem Limites, tenciona a participação dos estudantes com deficiência nos espaços das instituições de educação superior, garantindo o acesso dos estudantes com deficiência a todos os espaços, ações e processos desenvolvidos nas IFES e o fortalecimento do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2011).

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que as ações inclusivas sinalizam uma mudança de postura social e educativa. Com a elaboração de políticas inclusivas voltadas para a universidade, a fim de atender à diversidade humana, rompendo com o paradigma da exclusão, promovendo uma reformulação do sistema educacional, almejando uma educação direcionada para o acesso, a participação, o atendimento e a permanência a todos os estudantes, independentemente das suas diferenças e necessidades.

### **REFERÊNCIAS**

- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.612**, de 17 de Novembro de 2011. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Acesso em 23 de Março de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior**. Acesso em: 14 de Maio de 2014.
- LOPES, Maura Corcini. **Inclusão & Educação** / Maura Corcini Lopes; Eli Henn Fabris. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão: Compartilhando saberes**. Lúcia de Araújo Ramos Martins [ et al.] organizadores. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais** / Peter Mittler; Tradução Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2008.